



Diário Oficial da

CÂMARA

PODER LEGISLATIVO • BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

IMPRESSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Praça Helena Carmem
de Cassia Donato, S/N,
Bairro Liberdade

Telefone



77 3643-1130

Horário



Segunda a Sexta-feira,
das 07:00 às 13:00 h

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



RESUMO

PORTARIAS

- PORTARIA Nº 12 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023 DE FISCAL DE CONTRATO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO DIRETA

HOMOLOGAÇÃO

- HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 005-2023

OUTROS DOCUMENTOS

- RETIFICAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA**PORTARIA Nº 12 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2023**

Nomeia Fiscal de Contratos no âmbito da Câmara Municipal de Matina e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município, e,

CONSIDERANDO o rol principiológico consubstanciado no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei Federal no 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

R E S O L V E

Art. 1º. Nomear como Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços no âmbito desta Câmara Municipal, o servidor **IYURE RAVELLE MAGALHAES FREIRE**.

Art. 2º. O Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços, terá garantido pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal no 8.666/93, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá, ainda, no que for compatível com o contrato em execução:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
- II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
- III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
- IV – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- V – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- VI – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- VII – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- VIII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA**

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

IX – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

X – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

XIII – Exercer outras atividades correlatas à sua função.

Art. 3º. O Setor de Administração da Câmara disponibilizará ao Fiscal nomeado, em cumprimento ao disposto nesta portaria, cópia de todos os processos administrativos que eventualmente estiverem sob seu exame fiscalizatório, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º. Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados em pasta compartilhada na rede do Servidor da Câmara Municipal e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º. Fica garantido ao Fiscal de Contratos e Atas de Registro de Preços amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Matina, 17 de fevereiro de 2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente



**CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA****CNPJ: 01.673.876/0001-61****CEP: 46.480-000 – ESTADO DA BAHIA****ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO****RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2023**

Aos 17 (dezesesseis) dias do mês de fevereiro de 2023, na sede da Câmara Municipal de Matina, acolho o parecer jurídico, para que surta seus efeitos legais em integralidade, nos termos de competência **ADJUDICO E HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE Nº 005/2023** oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 009/2023**, para os devidos fins de fato e de direito, declarando inexigível a licitação com base no art. 25, inciso II c/ art. 13 e seus incisos, da Lei Federal nº 8.666/93, em concomitante com a Lei Federal nº 14.039/20, em seu art. 1º, determinando por intermédio do objeto de **Prestação de serviços profissionais de advocacia especializada em consultoria e assessoria jurídica ao controle interno do legislativo municipal, direcionado ao exame e orientação legal aos atos administrativos praticados na edilidade e na condição institucional da Câmara de Vereadores, bem como o acompanhamento e diligenciamento de questões junto aos órgãos de controle externo e de demandas judiciais em tribunais de instâncias recursais, superiores**, a ser fornecido pelo escritório **COUTO E COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.439.310/0001-01, com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 620, Cond. Mundo Plaza, Torre Empresarial, sls. 1822, Caminho das Árvores, Salvador (BA), CEP 41.820-774, representado pelo advogado o Sr. Jones Couto dos Santos, de OAB/BA nº 17.932 e CPF sob o nº 786.933.655-68, no valor global de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), dentro das formalidades legais.

Matina, 17 de fevereiro de 2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA**Presidente da Câmara**



CÂMARA MUNICIPAL DE MATINA

CNPJ: 01.673.876/0001-61

ESTADO DA BAHIA

ATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE RETIFICAÇÃO

CONSIDERANDO o princípio da autotutela, substanciado no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e seu rol principiológico;

CONSIDERANDO a Súmula 473 que concerne a administração o poder de nulidade ou revogação de seus atos, que, de forma consubstanciada conduz a possibilidade de revê-los e retificá-los;

CONSIDERANDO a melhor constituição da gestão contratual, sobretudo nas qualificações das partes dos contratos celebrados por esta administração;

RESOLVE:

I. A Adjudicação e Homologação do Contrato Administrativo de nº 007/2023, oriundo do Processo Administrativo de nº 002/2023 passará a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: “neste ato representado pelo Sr. Júlio Cesar Ferreira Alves, de RG no 88275707 e CPF/MF sob o nº 978.136.055-00”

Leia-se:

“neste ato representado pelo Sr. Gilberto Aparecido Nogueira, de RG nº 02.268.350-06 e CPF/MF sob o nº 327.107.475-53”

II. As demais informações do Termo de Adjudicação e Homologação permanecerão inalteradas.

III. O presente termo será incluído no processo administrativo, apostilado em seus devidos termos, acompanhado a versão do Termo de Adjudicação e Homologação, acrescida da respectiva retificação.

Publique-se no Diário Oficial do Município;

Registre-se nos autos do processo administrativo;

Matina, 20 de janeiro de 2023.

ADEMILTO DE OLIVEIRA FERREIRA
Presidente



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/74D5-DC35-B9D9-C743-E9D2> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 74D5-DC35-B9D9-C743-E9D2



Hash do Documento

3d2e958f55871c9cb066571d13f128c459b2bf5e9eca6b6cf8db3cf924acdeb

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/02/2023 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 17/02/2023 17:24 UTC-03:00